

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS PRODUTORES DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR E ANÁLISE DA INFORMALIDADE NO MUNICÍPIO DE PALMAS/TO

Clauber ROSANOVA (1); Danilo de CASTRO RIBEIRO (2)

(1) IFTO – Campus Palmas, AE 310 Sul, Avenida LO 5 s/n, CEP: 77.021.090, e-mail: clauber@ifto.edu.br
(2) IFTO – Campus Palmas, AE 310 Sul, Avenida LO 5 s/n, CEP: 77.021.090, e-mail: daniloifto@hotmail.com.br

RESUMO

A informalidade na comercialização do leite é elevada e envolve problemas econômicos e sociais. Faz-se relevante a caracterização dos produtores que atuam nesse mercado, identificando seu perfil e em que grau eles se encontram às margens deste sistema. Foi utilizada uma amostra de 40 produtores que atuam em mercados informais no município de Palmas/TO. Pôde-se constatar que nem todos os produtores enfrentam barreiras à entrada em mercados formais. Apesar de atuarem na informalidade, têm acesso a recursos, educação, assistência técnica e crédito. Para muitos, a informalidade representa um canal de comercialização, com grande incentivo à participação. As análises estatísticas foram realizadas com base nos dados coletados a campo, por meio de entrevistas com produtores. Os resultados permitiram aferir as seguintes características dos sistemas de produção de leite: pequenas propriedades (média de 57,32 ha), os produtores com média 48 anos de idade, sendo que 90% deles tiveram acesso à escola, embora restrito ao ensino fundamental (60 %), o acesso a níveis mais altos de escolaridade, como o ensino médio (cerca de 20%) ou mesmo o ensino superior (quase 10%). O rebanho bovino é pequeno, geralmente cruzado Holandês-Zebu, com produção diária de aproximadamente 120 litros, comercializados na sua maioria com o consumidor final. O preço médio do litro de leite comercializado pelo produtor informal pesquisado foi de R\$ 1,075, contra R\$ 0,53 para o total de produtores do mercado formal.

Palavras-chave: leite, informalidade, comercialização, agricultura familiar.

1 INTRODUÇÃO

A existência dos agricultores familiares está diretamente relacionada à preservação do patrimônio histórico e cultural do interior do Brasil. As estatísticas mais recentes mostram que o País conta com 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, destes, 85% podem ser considerados de produção familiar e geram cerca de 14 milhões de empregos no meio rural. Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades, pois 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes. Destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes.

Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento, por meio de sua maior inserção no mercado, tem impacto importante no interior do país e, por consequência, nas grandes cidades.

A agricultura familiar não significa pobreza, muito menos miséria ou ignorância. É uma forma de produção em que o núcleo de decisões, planejamento, gerência, trabalho e capital é controlado pela família. É o sistema predominante no mundo inteiro. Em geral, são produtores com baixo nível de escolaridade e renda que diversificam suas atividades para aproveitar as potencialidades da propriedade, melhor ocupar a mão-de-obra disponível, e aumentar a renda. A agricultura familiar reúne aspectos importantes: a família, o trabalho, a produção, a subsistência, a manutenção do homem no campo e as tradições culturais.

Essa classificação é independente da área disponível para cada produtor, da renda obtida na atividade, do nível tecnológico praticado ou mesmo do destino que a produção recebe. Entre os agricultores familiares, a pecuária de leite é uma das principais atividades produtivas desenvolvidas, senão a principal na maioria das regiões brasileiras.

O Brasil está entre os dez maiores produtores de leite de vaca no mundo. Em 2003, a produção nacional de leite atingiu a marca de 23,3 bilhões de litros, o que representa aproximadamente 6% da produção mundial, segundo dados da FAO (2004). Dados do IBGE, *apud* Embrapa Gado de Leite (2005), apontam para um crescimento da produção superior a 80% nos últimos vinte anos. Considerando apenas a década de 90, JANK, FARINA e GALAN (1999) estimam um crescimento de 40%. De acordo com Souza (1997) *apud* NOVO (2001), o SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do leite no Brasil movimenta aproximadamente US\$ 10 bilhões ao ano e emprega cerca de três milhões de pessoas.

A produção leiteira no estado do Tocantins é baixa, apresentando índices técnicos, zootécnicos e de rentabilidade aquém dos preconizados. Apesar destes índices houve evolução da produção no período de 1990 a 2009, dados recentes apontam uma produção tocantinense de 214 milhões de litros de leite no ano de 2008, contra os 106 milhões de litros produzidos em 1990 (IBGE, 2008), dados estes que corroboram com os encontrados no restante do país, indicando o potencial de crescimento deste SAI.

Por outro lado, é importante também mencionarmos que este SAI apresenta uma série de problemas, sendo considerado por alguns autores (FONSECA, 2003 e NOVO, 2001) como pouco competitivo. O elevado índice de informalidade, o abandono crescente da atividade rural, a baixa coordenação dos agentes, entre outros, são fatores responsáveis pela baixa competitividade do setor.

A informalidade no SAI do leite pode ser entendida como o processo pelo qual o leite e/ou derivados não foram submetidos ao processo de pasteurização e/ou não foram inspecionados por órgão competente (serviço de inspeção sanitária) ou ainda não contribuíram com o fisco (arrecadação de impostos). Dessa forma, não é permitida a comercialização deste produto, seja por não conferir segurança ao consumo (leis de inspeção sanitária e órgão de defesa do consumidor), seja por não recolher imposto (normas legais de tributação) BÂNKUTI (2002).

A manutenção da informalidade trás como consequências problemas de ordem econômica e social, entre estes podemos destacar: a) problemas de saúde vinculados à ingestão de leite e derivados não pasteurizados, à exemplo da brucelose e tuberculose que se somam às doenças causadas pela contaminação do alimento por bactérias (ex. infecções alimentares); b) perda de arrecadação fiscal - o leite comercializado informalmente não recolhe impostos; c) gastos públicos com o tratamento de pessoas doentes em função de alimentos contaminados.

O presente estudo buscou conhecer e analisar o perfil sócio econômico do produtor de leite e da produção e comercialização deste produto, oriundos de propriedades de economia familiar, no município de Palmas/ TO, considerando o baixo nível de informação sobre as características destes sistemas produtivos e dos

produtores envolvidos, sobre as fontes de informações para obtenção de novos conhecimentos, as perspectivas da atividade leiteira, o relacionamento do produtor com o mercado e a análise da informalidade deste SAI. Através da análise e entendimento dos resultados obtidos pretende-se elaborar propostas de políticas públicas, recomendações técnicas e programas de incentivos à manutenção e desenvolvimento da atividade leiteira na região, mantendo com isso o produtor rural da agricultura familiar no campo e gerando cidadania, emprego, renda e desenvolvimento a região e ao país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A produção de leite é uma das atividades mais presentes no agronegócio brasileiro. Neste cenário a cadeia produtiva do leite foi a que mais se transformou nos últimos anos. A produção passou de 11,2 bilhões de litros em 1980, para 19 bilhões em 1999 (SEBRAE, 2006). Esse aumento na produção continua crescente, em 2005 o Brasil alcançou a casa dos 25 bilhões de litros e em 2008 foram produzidos 29 bilhões de litros de leite, confirmando o potencial de expansão do setor (ANUALPEC, 2009). De acordo com Novo (2001), o SAI do leite no Brasil movimenta aproximadamente US\$ 10 bilhões ao ano e emprega cerca de três milhões de pessoas, por outro lado, apresenta uma série de problemas, como o elevado índice de informalidade, o abandono crescente da atividade rural e a baixa coordenação dos agentes, entre outros, que são fatores apontados como responsáveis pela baixa competitividade deste SAI.

Segundo dados do IBGE (2008), entre os agricultores familiares, a pecuária de leite é uma das principais atividades desenvolvidas, estando presente em 36% dos estabelecimentos classificados como de economia familiar, além de responderem por 52% do valor bruto da produção total, oriundos do leite. As propriedades de agricultura familiar da Região Sul e do Centro-Oeste são as que mais trabalham com a pecuária leiteira, pois o leite está presente em 61% dos estabelecimentos das duas regiões. Na Região Sudeste são aproximadamente 44% das propriedades que trabalham com leite e nas Regiões Norte e Nordeste esse valor é menor, quando comparado com outras regiões brasileiras, cerca de 24%.

O Tocantins contribui para as estatísticas nacionais com aproximadamente 239 milhões de litros produzidos, segundo dados do Anualpec (2006). Apesar de ocupar uma posição modesta no ranking dos estados produtores (apenas 18ª), a produção no estado tem crescido sistematicamente (no ano 2000 era de 156 milhões de litros). Além dos altos volumes de produção, a pecuária leiteira tem importância significativa para o Tocantins por ser uma atividade que proporciona rendimentos constantes (vendas diárias), além de envolver a família do pequeno produtor, ajudando a fixar o homem ao meio rural. A produtividade da pecuária leiteira no estado do Tocantins é baixa, apresentando índices técnicos, zootécnicos e de rentabilidade aquém dos preconizados.

A informalidade, objeto deste estudo, compreende atividades econômicas que estão às margens dos custos incidentes nos mercados formais e excluídas dos benefícios e direitos incorporados nas leis e nas regras administrativas tais como: direito de propriedade, licenças comerciais, contratos de trabalho, financiamento de crédito e dos direitos sociais. Trata-se, portanto, de qualquer atividade econômica que opera com regras próprias, ou seja, sem a obediência às regras formais do ambiente institucional ao qual opera. Entre os possíveis exemplos estão os produtores de leite que comercializam produtos sem cumprimento de regras sanitárias, fiscais etc. diretamente para consumidores finais e/ou pequeno varejo Ritter (2004).

Os dados sobre a informalidade na venda de leite no Brasil são bastante controversos, de acordo com o Anualpec (2006), o mercado formal correspondia a 64% da produção total de leite do país, o mercado informal, a 22% e o auto consumo na fazenda, a 14%. Já no estado do Tocantins estima-se que 60% da produção leiteira seja comercializada na informalidade, seja na forma de leite fluido ou de queijo (SEBRAE, 2006). Ainda segundo este trabalho este fato se deve ao baixo grau de instrução e qualificação do produtor rural, bem como a uma assistência técnica inconstante e a dificuldade de acesso a crédito por parte dos produtores para investimento em novas tecnologias.

Cabe-nos verificar e analisar neste trabalho se as variáveis sociais e tecnológicas inerentes ao produtor, a produção leiteira e a produtividade de seus rebanhos constituem-se em barreiras à entrada nos mercados formais ou se existem outras razões (legais, econômicas e institucionais) que induzam a permanência dos mesmos na situação em que se encontram atualmente.

3 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

O presente estudo buscou identificar e analisar o perfil sócio econômico do produtor de leite do município de Palmas/TO, analisando a produtividade dos rebanhos na região e a produção leiteira em propriedades de economia familiar, considerando-se o baixo nível de conhecimento e informação sobre as características dos sistemas produtivos e sobre as perspectivas da atividade leiteira na região.

Foram analisados ainda o relacionamento do produtor com o mercado e a análise da informalidade nas relações comerciais entre os diversos atores desta cadeia produtiva. Com os resultados obtidos pretende-se colaborar na elaboração de políticas públicas para desenvolvimento da agricultura familiar, do setor produtivo e de agroindústrias de beneficiamento desta produção, bem como colaborar na elaboração de recomendações técnicas que atendam especificamente a estes produtores e que gerem programas de incentivos à atividade leiteira na região.

A abordagem aqui apresentada não pretende mensurar o tamanho da informalidade ou seus principais impactos econômicos e sociais, mas sim, caracterizar por meio de variáveis sócio-econômicas, os produtores rurais que atuam na informalidade e os motivos pelos quais foram levados a esse mercado.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no período de novembro de 2009 a abril de 2010, em 40 propriedades rurais de agricultores familiares do município de Palmas, região central do estado do Tocantins, cuja atividade principal era a pecuária leiteira. Esta região caracteriza-se, em sua maioria, por pequenos produtores, onde predomina a criação de bovinos mestiços (Europeu X Zebuino) e de corte (Zebuino), em sistema extensivo de produção.

Na escolha dos participantes deste estudo, foi adotado formato aleatório com adesão livre e voluntária e preferência por produtores da agricultura familiar que estavam ativamente inseridos na pecuária leiteira, sendo os mesmos indicados pela Secretaria da Agricultura do município de Palmas. Os dados desta pesquisa foram coletados por um único entrevistador, através de questionários semi estruturados, sendo os mesmos aplicados em formato de entrevista e respondidos pelos proprietários e ou responsáveis pela produção de leite, conforme metodologia proposta por Silva & Menezes (2001).

Para análise do presente trabalho foram utilizados apenas os dados referentes aos produtores que comercializam seus produtos no mercado informal, buscando analisar se o setor informal é um canal de distribuição dentre os canais formais possíveis. Buscou-se conhecer quais as principais características dos produtores que vendem nesse canal? Por que os produtores escolhem vender nesse canal? Existem barreiras à entrada em canais formais?

Para responder a todos esses questionamentos foram avaliados um conjunto de variáveis, levando-se em conta os aspectos demográficos (grau de escolaridade e idade média do produtor), os aspectos da propriedade rural (tamanho da área, titularidade, quantidade e produtividade média dos rebanhos), dos canais de comercialização e dos motivos que levaram os produtores a utilizarem este canal (informal), do acesso a crédito (financiamentos ou custeios agropecuários) e a assistência técnica (qualidade, periodicidade e tipo, se pública ou privada) e principalmente da renda líquida obtida da atividade (não foram computados rendimentos de outras fontes, como aposentadorias e trabalhos realizados fora da propriedade).

As informações coletadas foram tabuladas, transformadas em dados e organizadas em quadros utilizando o MS ExcelR, e posteriormente foram comparadas por meio de análises descritivas, objetivando uma melhor comparação, discussão e apresentação dos resultados.

5 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A heterogeneidade dos produtores, dos sistemas de produção e a insegurança quanto ao futuro da pecuária leiteira são características próprias do setor produtivo de leite. Esse fato ocorre, também, dentro de um grupo pequeno como os produtores de leite de economia familiar da região de Palmas/TO. Os programas de

fomento para a melhoria da pecuária de leite devem levar em conta essa heterogeneidade e o baixo nível de instrução formal no meio rural, o que dificulta o processo de inovação tecnológica.

Apesar destes fatos, os produtores querem participar de programas de incentivo à produção de leite e sabem que a organização é essencial para sua inserção e permanência no mercado, principalmente melhorando a troca de informações entre produtores e compradores de leite.

De acordo com as análises apresentadas, os produtores informais analisados neste artigo não são reféns ou vítimas do mercado em função de suas características econômicas e sociais. O perfil sócio econômico apresentado permite concluir que para a grande maioria dos produtores, há possibilidade de migração para mercados formais. As variáveis sociais (idade e escolaridade), bem como a baixa escala de produção leiteira, podem sim constituir-se em barreiras à entrada no mercado formal. Entretanto, existem outras razões econômicas, tais como o preço superior obtido no mercado informal, realização de pagamento a vista na entrega do produto e falta de mecanismos institucionais e de fiscalização que induzem a permanência neste mercado.

Variáveis do ambiente institucional também são fundamentais, uma vez que ainda existem consumidores que preferem comprar o leite diretamente dos produtores, seja pela comodidade de receberem o produto em sua residência, seja por acreditarem erroneamente que estão comprando um produto de melhor qualidade e maior frescor.

A informalidade no SAI do leite não pode ser exclusivamente vinculada à pobreza, atividade de subsistência, ou resultado exclusivo de barreiras à entrada em mercados formais, em função de custos de adequação (ex. produção mínima exigida pelos canais formais, tanque de expansão etc.). Constata-se que a informalidade está presente não somente em pequenas, mas também em médias propriedades rurais. Essa constatação destrói o estereótipo de que os produtores informais são todos pobres, descapitalizados e marginalizados do processo de transformação ocorrido na atividade leiteira.

5.1 Experiência e grau de instrução dos produtores

A idade do produtor reflete sua experiência na atividade e sua capacidade de lidar com novas tecnologias e compreender novas exigências de mercado, entre outros. A média de idade dos produtores informais pesquisados foi de 48 anos, sendo a idade mínima de 21 anos e idade máxima de 76 anos.

Assim como a idade, a escolaridade está relacionada ao acesso ao conhecimento e à possibilidade de adequação às mudanças tecnológicas. Mais de 90% dos produtores informais tiveram acesso à escola, embora fortemente restrito ao ensino fundamental (60 % dos produtores), o acesso a níveis mais altos de escolaridade, como o ensino médio (cerca de 20%) ou mesmo o ensino superior (quase 10%).

5.2 Aspectos da propriedade, da atividade leiteira e rentabilidade

Os resultados encontrados demonstraram que as áreas médias por propriedade destinadas à exploração leiteira foram de aproximadamente 57,32 hectares e o rebanho era pequeno, com média de 74 animais, tendo produzido 119,67 litros. A quantidade de matrizes por propriedade foi de 32 animais, sendo que as vacas em lactação representaram 57,12% do total de matrizes, com produção média diária de 6,6 litros/dia e intervalo entre partos de 14 meses. A maioria dos produtores comercializou sua produção diretamente com o consumidor (86,67%), tendo declarado como auto consumo o restante de sua produção e recebeu em média R\$ 1,075 por litro de leite comercializado, obtendo uma renda bruta mensal de R\$ 4.292,95.

5.3 Preço médio obtido pelo leite e canal de comercialização

O preço médio do litro de leite comercializado pelo produtor informal pesquisado foi de R\$ 1,075, contra R\$ 0,53 para o total de produtores do mercado formal. O preço é um grande atrativo desse mercado, apesar dos custos de transporte do produto serem mais elevados para esses produtores.

Os principais canais de comercialização encontrados na amostra analisada foram: produtores que vendiam o produto para um atravessador (seja ele produtor ou não), diretamente para o consumidor final ou ainda para o varejo, caracterizado principalmente por padarias, restaurantes, sorveterias e mercadinhos. Percebe-se uma concentração das transações com consumidores finais (65%). Em termos de quantidade comercializada por

meio de cada canal, essa predominância é mantida: cerca de 65% do equivalente em litro produzido para o mercado informal tem como destino direto o consumidor final.

A escolha do canal de comercialização derivou dos seguintes fatores: a) preço, b) confiança no recebimento e pagamento a vista, c) não teve outra opção. Ficou clara a importância dada ao fator preço, sendo ele o motivo de 70% das escolhas por algum canal. Além disso, percebeu-se que apenas 10% das transações no mercado informal ocorrem por falta de opção do produtor. A falta de opção pode se traduzir em uma obrigação a comercializar por um determinado canal em detrimento de outro, o que de qualquer maneira evidencia que não é exclusivamente a falta de opção que conduz o produtor para a informalidade, como se pensava anteriormente.

5.4 Acesso a crédito e a assistência técnica

Quanto à assistência técnica, 50% dos produtores relataram recebê-la com periodicidade, sendo que 45,83% foram de origem pública e gratuita e 4,17% de origem privada. Foi identificado a não adoção de tecnologias de manejo para evitar sazonalidade na produção, como uso de capineira e silagem nas propriedades analisadas, o que denota a baixa capacidade de absorção de tecnologias por parte dos produtores.

Cerca de 30% dos produtores conseguiram aprovação de pelo menos um dos pedidos de financiamento ou custeio agropecuário junto a bancos ou agências de fomento. Outros 60% não solicitaram empréstimos. Ao serem questionados sobre o motivo que os levaram a não demandar crédito, a grande maioria declarou que não o fez por opção própria: 28% afirmaram não ter necessitado, 22% disseram ser arriscado contrair dívidas, e 10% acreditavam que os juros eram altos. Apenas 10% dos produtores declararam não ter aval ou garantias reais, não podendo assim solicitar financiamento. De maneira geral, pode-se afirmar que os produtores informais não estão à margem do sistema de financiamento, tendo acesso a crédito.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao IFTO – Campus Palmas pela concessão da bolsa de PIBIC e pelo apoio logístico na condução e execução dos trabalhos, a Secretaria da Agricultura Pecuária e Abastecimento do Estado do Tocantins e a Secretaria da Agricultura de Palmas pela disponibilização de dados e cadastro das propriedades rurais e a todos os produtores de leite do município de Palmas que participaram de forma espontânea na coleta dos dados e confecção dos diagnósticos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUALPEC. **Anuário da pecuária Brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 2009. 360p.

ANUALPEC – **Anuário da Pecuária Brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria & Agroinformativos.2006.

BANKUTI, F.I. **Entraves e incentivos ao abate clandestino de bovinos no Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção). Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

EMBRAPA – EMBRAPA GADO DE LEITE. **Estatísticas do Leite**. Disponível em www.cnpgl.embrapa.br. Acesso em 10/05/ 2010.

FAO. **Public Policies, Transaction Costs and Access to Commodity Chain Markets. Brazil – Milk and Orange Cases**. Mimeo, Setembro de 2004.

FONSECA, A.G.N. **Efeitos da Substituição da Coleta em Latões pela Coleta a Granel na Estrutura de Captação do Leite**. 2004. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção). Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da Pecuária Municipal: efetivo dos rebanhos.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 15/06/ 2010.

JANK, M.S.; FARINA, E.M.M.Q.; GALAN, V.B. **O Agribusiness do Leite no Brasil.** São Paulo. Milkbuzz, 1999. 108p.

NOVO, A.L.M. **Avaliação de programas privados de assistência técnica no setor leiteiro: um estudo de caso do departamento de assistência técnica ao produtor Parmalat.** 2001. Dissertação (Mestrado em engenharia de Produção). Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SP.

RITTER, A.R.M. **Cuba's Underground Economy.** Economics and International Affairs, Carleton University. Canada, 2004.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA, **Diagnóstico da Pecuária Leiteira de Gurupi – TO.** Tocantins, 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br>>. Acesso em: 14/04/2010.

SILVA, E. L.; MENEZES, E.M., **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis, SC: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.